



CAMPO ABERTO

Gisele Loeblein

gisele.loeblein@zerohora.com.br
zerohora.com/giseleloeblein
32184709

ZERO HORA
SEXTA-FEIRA,
20 DE JANEIRO DE 2017

19

AINDA SEM CHEGAR A UM ACORDO COM A MARFRIG

Terminou sem acordo a reunião de conciliação entre Marfrig e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Alegrete. A negociação se estendeu por mais de quatro horas na tarde de ontem, mas conforme o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), não foi possível chegar a um denominador comum.

O sindicato busca garantir as melhores condições para a rescisão dos contratos dos 648 funcionários que trabalham no frigorífico da empresa localizado no município da Fronteira Oeste. Por ora, as demissões estão suspensas por força de liminar.

Do encontro de ontem, saiu apenas nova data para outra tentativa de se chegar a um acordo. No dia 30 deste mês, as partes voltam a dialogar.

Antes disso, no entanto, ficou acertada uma vitória na planta, para a próxima segunda-feira, a ser acompanhada por dois representantes do sindicato, com o objetivo de verificar se existe a possibilidade de manutenção das operações. A medida foi sugerida

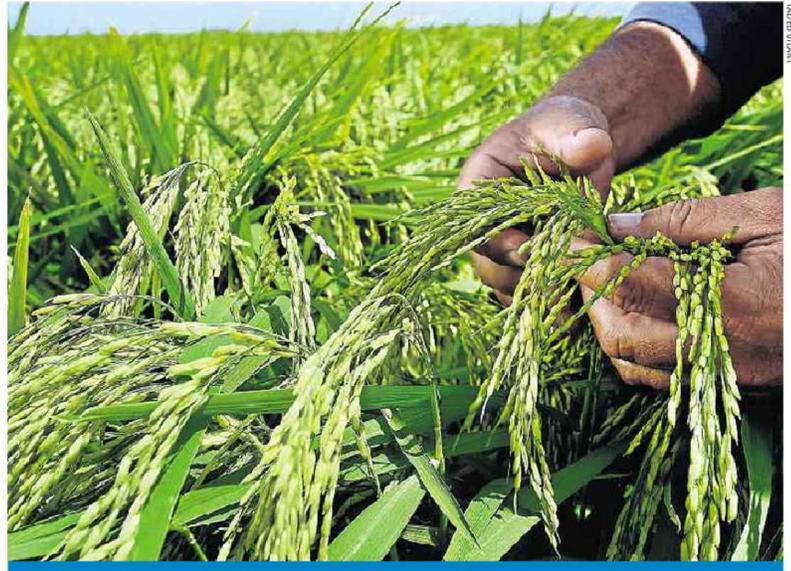
pelos juízes de conciliação do TRT-RS, Luis Henrique Bisso Tatsch, e seria condição importante para o avanço da negociação coletiva.

– Queremos que liberem a planta pelo mesmo valor de aluguel que pagam hoje, e que fique em condições de funcionar – afirma Marcos Rosse, presidente do sindicato.

É que existiriam outros grupos interessados em assumir o processamento de carnes na unidade.

O governo do Estado estava mediando essas negociações. Mas a Marfrig já vinha removendo materiais da planta, deslocados para as outras unidades da marca no Estado. Em nota enviada à coluna no início do mês, a empresa afirmou que não existia restrição legal para a retirada de bens e equipamentos.

A Marfrig anunciou, na primeira quinzena de dezembro, que encerraria as atividades do frigorífico, desligando os funcionários. A companhia é a segunda maior empregadora do município de Alegrete, perdendo apenas para a prefeitura municipal.



O Rio Grande do Sul deverá utilizar cerca de R\$ 2 bilhões dos R\$ 12 bilhões anunciados pelo governo federal para financiamentos de pré-custeio.

Essa é a estimativa da superintendência regional do Banco do Brasil (BB). No ano passado, o montante liberado para o Brasil havia sido de R\$ 10 bilhões. No Estado, foram 6,43 mil contratos, que somaram R\$ 1,6 bilhão de janeiro a junho. Ou seja, os gaúchos absorveram 16% do total. O maior número de operações, 4.346, foi para lavouras de soja, que somaram financiamentos de R\$ 1,01 bilhão. Depois, vieram arroz, com R\$ 501 milhões, e milho, com R\$ 138 milhões.

– Para este ano, o foco é chegar aos R\$ 2 bilhões. A expectativa é de um acréscimo

PRÉ-CUSTEIO GAÚCHO

de 20% nos pré-custeios de milho, soja e arroz – projeta João Paulo Comerlato, gerente de mercado agronegócios do

BB, que responde por 63% do crédito rural.

A liberação do pré-custeio é sempre muito aguardada pelos produtores. Esses recursos são utilizados para que o produtor prepare o terreno para a próxima safra.

– Esse crédito ajuda na comercialização, porque o agricultor não precisa se desfazer do produto para comprar insumos, e dá a oportunidade de aquisição desses itens com preços melhores. Abril, maio e junho são os melhores meses – diz Henrique Dornelles, presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado (Federarroz-RS).

O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA REFORÇOU A RECOMENDAÇÃO PARA QUE SE TOMEM CUIDADOS EXTRAS PARA EVITAR A ENTRADA DA INFLUENZA AVIÁRIA NO PAÍS. O PEDIDO É PARA QUE ÓRGÃOS ESTADUAIS DE DEFESA SANITÁRIA AUMENTEM A VIGILÂNCIA NOS LOCAIS DE PRODUÇÃO. NO RIO GRANDE DO SUL, NO PRÓXIMO DIA 26, SERÁ REALIZADO EVENTO DE ORIENTAÇÃO NO HOTEL EMBAIXADOR, NA CAPITAL.



CRESCEM CASOS DE ABIGEATO NO RS

A frustração vivida pela pecuarista Leila Settineri, da Cabanha La Cornelia, localizada entre Tapes e Camaquã, com mais um caso de abigeato reproduz uma sensação que se multiplicou no último ano no Estado. Sem revelar os números, que serão apresentados em balanço da Secretaria da Segurança Pública, o coordenador do Comitê de Prevenção ao Abigeato e à Carne Clandestina, coronel César Augusto Pereira, afirma que esse tipo de crime cresceu em 2016. Tapes, no Sul, registrou um aumento de 60% no número de casos.

– Teve três ou quatro casos de carregarem os animais de caminhão. De carnearem na propriedade, a gente até se acostumou – lamenta Leila, que contabilizava, junto com vizinhos, mais de 150 animais levados pelos bandidos ao longo de um percurso de cerca de 30 quilômetros no entorno da BR-116.

A produtora relata ainda falta de recursos humanos e materiais para

fazer o patrulhamento na região e até mesmo o registro das ocorrências.

– Depois do ocorrido, ainda pela manhã, informei à PM de Tapes, que me disse que para fazer o boletim de ocorrência tinha de esperar, pois não havia funcionários à disposição – conta a pecuarista.

O coronel César diz que no ano passado foi montada uma força-tarefa da polícia civil e que, a partir da atuação desse grupo, começou a haver uma redução nos casos de abigeato:

– Foram efetuadas prisões e feitas apreensões de carne.

Mantida a força-tarefa, a projeção é de uma diminuição nos casos de abigeato ao longo deste ano.

Em tempo: lá em 2015 foi criada uma companhia de Fronteira, para trabalhar especificamente nessa região do Estado, coibindo as ações de ladrões de gado em 197 municípios. A atuação durou um mês e foi interrompida porque o Estado não teve como manter as diárias.

NO RADAR

PORTARIA publicada pelo Ministério da Justiça cria novas regras para as demarcações de terras no país. O documento estabelece um grupo técnico especializado, que fornecerá subsídios ao Ministério da Justiça para a decisão. Atualmente, a demarcação fica a cargo do Executivo.

INCORPORAÇÃO IMEDIATA

Parte do acerto feito entre o Sindicato dos Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais do Estado do Rio Grande do Sul (Sagers) e a Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa), em ação do piso da categoria, a incorporação de 30% nos salários começa a partir de janeiro e não 30 dias após a homologação do acordo, como publicou a coluna. A informação anterior partiu da direção da Cesa. O alerta foi feito pelo Sagers, e o prazo correto, confirmado pelo TRT da 4ª Região.

O Valor Bruto da Produção (VBP) brasileira fechou com queda de 1,8% em 2016, somando

R\$ 527,9 bi,

segundo dados do Ministério da Agricultura. A Região Sul segue respondendo pela maior fatia, com R\$ 155,78 bilhões.

NA ARQUISUL

QUER MUDAR PARA UM IMÓVEL NOVO OU FUGIR DO ALUGUEL?

DÁ

DA REVEN